

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS PARECERES DE AUDITORIA EM RELAÇÃO À LIQUIDEZ APRESENTADA A PARTIR DO MODELO DINÂMICO DE FLEURIET.

Resumo

Esta pesquisa teve por finalidade verificar se os pareceres de auditoria constatarem de forma tempestiva um sinal de alerta quando aplicado uma análise a partir do Modelo Dinâmico de Fleuriet e neste, o resultado apresentou estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6 referente a continuidade da empresa. Foram analisados neste estudo os dados das empresas listadas na BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, que tiveram seu registro suspenso entre 01/01/2004 e 31/03/2008, que tiveram publicado demonstrações financeiras por pelo menos 4 exercícios sociais e que, suas atividades fossem: Transportes Aéreos; Indústria de Informática, Petroquímicos e Borracha e Indústria Mobiliária. A metodologia utilizada se deu a partir do levantamento dos dados das referidas empresas. Após o levantamento foi aplicado o Modelo Dinâmico de Fleuriet nas demonstrações financeiras e destacadas as empresas que apresentaram, a partir do modelo proposto, resultado de estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6. Em seguida foram comparados os resultados encontrados com os pareceres emitidos. Verificou-se que dos 14 exercícios sociais que apresentaram estrutura patrimonial do tipo 5 ou do tipo 6, cinco não tiveram seus respectivos pareceres coerentes com o Modelo Dinâmico de Fleuriet.

Palavras-chave: Parecer, Modelo Fleuriet, Análise financeira.

1 - Introdução

A Auditoria Independente tem como responsabilidade emitir opinião sobre a situação patrimonial e financeira das empresas auditadas.

Segundo Attie (2006, p. 25), “A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 31) afirmam que,

Auditoria de demonstrações contábeis envolve obtenção e avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de uma entidade, para emissão de parecer se sua apresentação está adequada, de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos – que, no caso, normalmente são os critérios estabelecidos.

É na pessoa do auditor que recai a responsabilidade de expressar a opinião, com clareza e objetividade, sobre as demonstrações financeiras.

Através do parecer de auditoria o auditor emite seu entendimento acerca dos dados examinados respeitando as características estabelecidas de uma forma padrão, buscando a obtenção de evidências em relação aos fatos econômico-financeiros da empresa. Os resultados avaliam o cumprimento do que é determinado com o que ocorreu de fato, e são direcionados aos diversos usuários interessados.

A utilidade dos resultados apresentados nos pareceres está diretamente relacionada com o perfil e a necessidade de tais usuários.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa é verificar se os pareceres de auditoria constatarem de forma tempestiva um sinal de alerta quando o Modelo Dinâmico de Fleuriet apresentou estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6 referente a continuidade da empresa.

A escolha do Método de Fleuriet se deu devido à visão dinâmica, demonstrada por este método, das capacidades de sobrevivência e de crescimento das empresas, abordando três relevantes variáveis financeiras: o capital de giro, a necessidade de capital de giro e o saldo de tesouraria.

Esta pesquisa torna-se relevante devido ao fato de constatar se os pareceres de auditoria atendem e são coerentes com os aspectos informativos relacionados à saúde financeira da empresa, a partir de um método de análise não tradicional, porém com informações de caráter relevante no que tange a liquidez da empresa.

Para o desenvolvimento da pesquisa serão analisados os dados das empresas listadas na bovespa que tiveram seu registro suspenso entre 01/01/2004 e 31/03/2008, que publicaram suas demonstrações financeiras por pelo menos 4 exercícios sociais e que tem como atividades: Transportes Aéreos; Indústria de Informática, Petroquímicos e Borracha e, Indústria Mobiliária.

As empresas encontradas que fazem parte do estudo são: Bergamo Cia. Industrial, Cia Nacional de Álcalis, Labo Eletrônica S.A., Transbrasil S.A. Linhas Aéreas e Viação Aérea São Paulo S.A Vasp.

Após o levantamento dos dados será aplicado o Modelo Dinâmico de Fleuriet nas demonstrações financeiras e em seguida comparado o resultado encontrado com os pareceres emitidos. O motivo da escolha das atividades foi aleatório.

A demonstração dos cálculos para apuração dos tipos de estruturas patrimoniais, assim como os pareceres de auditoria, não serão aqui demonstrados ou apresentados na íntegra, por não ser o objetivo deste trabalho.

Mediante este quadro questiona-se: os pareceres de auditoria constatarem de forma tempestiva um sinal de alerta quando o Modelo Dinâmico de Fleuriet apresentou estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6 referente a continuidade da empresa?

2 – O Modelo Fleuriet

O Modelo Fleuriet surgiu da necessidade de um modelo adequado de análise do capital de giro capaz de fornecer informações e explicações sobre a situação financeira das empresas no que se refere, principalmente, ao seu nível de liquidez.

Enquanto os métodos convencionais de análise financeira conjecturam aspectos de solvência a partir de indicadores de liquidez corrente, seca e geral com o intuito de visualizar

a continuidade da empresa, o Método Fleuriet quebra esta padronização e muda o enfoque da análise.

Para tanto, propões avanços em relação a esta análise tradicional utilizando subdivisões do ativo circulante e do passivo circulante a partir da natureza de seus componentes financeiros (contas erráticas) e componentes operacionais (contas cíclicas), determinando a existência ou não de equilíbrio financeiro.

Essa metodologia permite avaliar rapidamente a situação financeira das empresas através da classificação dos balanços em um dos seis tipos possíveis de configurações de determinados elementos patrimoniais. Trata-se de um passo adiante em relação ao esquema tradicional de análise de balanços feito através de índices econômico-financeiros. Braga (1991).

As tomadas de decisões estão diretamente ligadas às questões como lucratividade, rentabilidade e continuidade da empresa. A gestão financeira tem como foco principal o capital de giro e a gestão do ciclo operacional. Portanto, tais decisões afetam o nível de rentabilidade e segurança na capacidade de liquidez da empresa.

A análise pelo Método Fleuriet é dinâmica demonstrando, a partir de dados contábeis, a capacidade da empresa em captar recursos e investir.

Neste modelo a liquidez de uma empresa é comprovada a partir de uma combinação da Necessidade de Capital de Giro (NCG), Disponibilidade de Capital de Giro (CDG) e o Saldo de Tesouraria (T). Variáveis estas que envolvem vendas, estoques e prazo de fornecedores e que, estão diretamente relacionadas com situação econômico-financeira da empresa.

2.1 – Necessidade de Capital de Giro

A necessidade de capital de giro é a diferença positiva entre a soma das contas cíclicas do ativo (exemplo: contas a receber de clientes, estoques, títulos a receber, despesas antecipadas e adiantamentos a fornecedores) e a soma das contas cíclicas do passivo (exemplo: fornecedores, salários a pagar, impostos operacionais a recolher, contas a pagar e adiantamentos de clientes). São contas ligadas às operações da empresa.

De acordo com Fleuriet (2003, p.10), “De modo geral, essas contas representam a contrapartida das contas da demonstração de lucros e perdas que entram na determinação do lucro operacional do exercício antes de deduzidas as despesas financeiras e de depreciação”.

A necessidade de capital de giro está relacionada com os ciclos econômico e financeiro das empresas, podendo variar de acordo com as informações disponíveis. Uma outra característica importante da necessidade de capital de giro é a sua dependência da natureza (que determina seu ciclo financeiro) e do nível de atividades da empresa (relacionadas às vendas).

Costa et al. (2008, p.95), explica que,

O resultado dessa variável, quando positivo ($ACO > PCO$), revela que a empresa necessita de financiamento para manter sua atividade operacional. Por outro lado, o resultado negativo ($ACO < PCO$) identifica a existência de sobras de financiamentos de curto prazo obtidos de seus principais parceiros operacionais (fornecedores, governo, empregados, locadores de imóveis e demais prestadores de serviços não-financeiros).

2.2 – Disponibilidade de Capital de Giro

A disponibilidade de capital de giro é a diferença entre os saldos dos passivos não circulantes (exemplo: passivo exigíveis a longo prazo, os resultados de exercícios futuros e os valores registrados no patrimônio líquido) e os ativos não circulante (exemplo: ativos realizáveis a longo prazo e o ativo permanente). Assim, possui o mesmo valor que o capital circulante líquido diferenciando-se apenas na maneira de calcular. É importante destacar que o capital de giro é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal.

Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003, p.13) afirmam que o capital de giro apresenta-se razoavelmente estável ao longo do tempo, porém, pode ser negativo quando o ativo permanente é maior do que o passivo permanente significando financiamento de parte do ativo permanente da empresa com fundos de curto prazo. Neste caso o risco de insolvência da empresa dependerá da sua necessidade de capital de giro.

2.3 – Saldo em Tesouraria

O saldo de tesouraria é a diferença entre os ativos de ocorrência errática (saldos de caixa, bancos, investimentos em títulos e valores mobiliários) e passivos de ocorrência errática (empréstimos e financiamentos bancários, duplicatas descontadas, adiantamentos de contratos de cambio, imposto de renda a recolher e dividendo a pagar).

Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003, p.13) destacam que, “Denomina-se ativo errático e passivo errático as contas circulantes que não estão diretamente ligadas à operação e cujos valores se alteram de forma aleatória”.

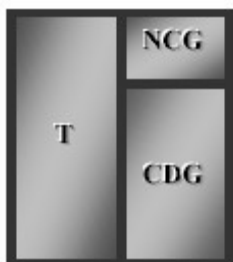
O saldo de tesouraria também pode resultar da diferença entre a disponibilidade de capital de giro (CDG) e a necessidade de capital de giro (NCG). Desta forma, o seu resultado mede o risco a curto prazo da empresa auxiliando nas decisões estratégicas relacionadas as disponibilidades de capital de giro. Portanto, o resultado obtido destaca o equilíbrio financeiro da empresa. Se o capital de giro disponível é suficiente para financiar a necessidade de capital de giro, existe equilíbrio financeiro.

2.4 – Tipos de Estruturas Patrimoniais

A partir dos dados levantados pela análise da disponibilidade de capital de giro (CDG), necessidade de capital de giro (NCG) e o saldo de tesouraria (T), a saúde financeira da empresa caracteriza-se por seis tipos de estruturas patrimoniais.

Segundo Costa et al. (2008, p.104), “O modelo apresentado pela composição das três variáveis principais (CDG, NCG e T) é possível definir o nível de risco conjuntural e estrutural da empresa vinculado à sua liquidez”.

2.4.1 - Estrutura patrimonial do tipo 1



A estrutura patrimonial do tipo 1 corresponde à situação em que $CDG > 0$ e $NCG < 0$, sendo $CDG > NCG$, logo $T > 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial revelam excelente situação de liquidez, uma vez que dispõem de recursos permanentes de financiamento ($CDG > 0$), apresentando simultaneamente sobras de financiamentos operacionais ($NCG < 0$), o que lhes garante excelente “folga” financeira ($T > 0$). Em situações de normalidade do funcionamento da economia, são exemplos de empresas que devem apresentar essa estrutura: os supermercados, as empresas comerciais varejistas, as empresas de transporte coletivo, as instituições privadas de ensino e as instituições financeiras.

2.4.2 - Estrutura patrimonial do tipo 2



A estrutura patrimonial do tipo 2 corresponde à situação em que $CDG > 0$ e $NCG > 0$, sendo $CDG > NCG$, logo $T > 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial revelam sólida situação de liquidez, visto que se utilizam exclusivamente de recursos permanentes ($CDG > 0$) no financiamento de suas necessidades operacionais líquidas ($NCG > 0$) e ainda dispõem de fundos de curto prazo ($T > 0$) suficientes para enfrentar os aumentos temporários dessas necessidades. Em situações de normalidade do funcionamento da economia, são exemplos de empresas que devem apresentar essa estrutura: as empresas industriais de administração conservadora, isto é, aquelas empresas industriais onde os investimentos para expansão das atividades (ativos fixos) são pouco expressivos.

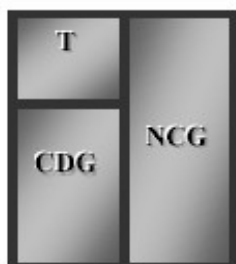
2.4.3 - Estruturas patrimoniais do tipo 3



A estrutura patrimonial do tipo 3 corresponde à situação em que $CDG > 0$ e $NCG > 0$, sendo $CDG < NCG$, logo $T < 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial revelam insatisfatória situação de liquidez, visto que se utilizam de recursos onerosos de curto prazo ($T < 0$) para cobrir parte de suas necessidades operacionais líquidas ($NCG > 0$). Em situações de normalidade do funcionamento da economia, são exemplos de empresas que devem

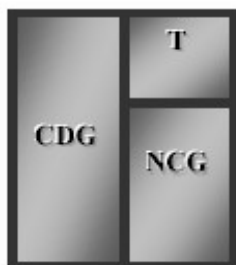
apresentar essa estrutura: as empresas que atuem em segmentos de produção sujeitos à sazonalidade; e, também, as empresas industriais cuja administração atua agressivamente no mercado, arriscando expressivos investimentos para expansão da atividade (ativos fixos).

2.4.4 - Estrutura patrimonial do tipo 4



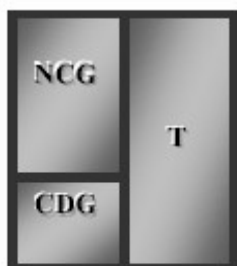
A estrutura patrimonial do tipo 4 corresponde à situação em que $CDG < 0$ e $NCG < 0$, sendo $CDG > NCG$, logo $T > 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial, embora apresentem saldo positivo de tesouraria ($T > 0$), revelam uma situação de liquidez que pode ser considerada ruim, uma vez que estariam desviando sobras de financiamentos operacionais ($NCG < 0$) para o financiamento do excedente de suas imobilizações ativas sobre os financiamentos estratégicos ($CDG < 0$) - situação que não poderia ser mantida por muito tempo, pois uma queda no volume das operações esgotaria rapidamente essas sobras, invertendo o sinal da NCG e do T .

2.4.5 - Estrutura patrimonial do tipo 5



A estrutura patrimonial do tipo 5 corresponde à situação em que $CDG < 0$ e $NCG < 0$, sendo $CDG < NCG$, logo $T < 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial revelam situação de liquidez muito ruim e mais grave que a do caso anterior, em virtude da não existência de saldo positivo de tesouraria. Na ocorrência de uma recessão, a situação tornar-se-ia extremamente crítica, pois uma queda no volume de operações esgotaria rapidamente as sobras de financiamentos operacionais ($NCG < 0$), invertendo o seu sinal, exigindo que todas as necessidades permanentes de capital sejam financiadas com recursos onerosos de curto prazo ($T < 0$).

2.4.6 - Estrutura patrimonial do tipo 6



A estrutura patrimonial do tipo 6 corresponde à situação em que $CDG < 0$ e $NCG > 0$, sendo $CDG < NCG$, logo $T < 0$. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial revelam péssima situação de liquidez, uma vez que estão financiando tanto suas necessidades operacionais líquidas ($NCG > 0$) quanto parte de suas imobilizações ativas ($CDG < 0$) com recursos onerosos de curto prazo ($T < 0$). Empresas

privadas que apresentem sistematicamente este tipo de estrutura patrimonial estariam à beira da falência, caso viesse a ocorrer uma expansão de suas operações, a menos que seus controladores pudessem fornecer-lhe algum tipo de ajuda externa.

3 – PARECERES DE AUDITORIA

De acordo com a Resolução CFC no. 820/97, o Parecer dos Auditores Independentes ou Parecer do Auditor Independente é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicado.

É através do parecer que os auditores assumem responsabilidades técnico-profissional definida, de ordem pública, obedecendo às características intrínsecas e extrínsecas estabelecidas nas normas do Conselho Federal de Contabilidade.

O parecer em condições normais é dirigido aos acionistas, cotistas ou sócios, ao conselho de administração ou à diretoria da entidade, ou órgão equivalente.

O parecer pode também, em circunstâncias próprias, ser dirigido ao contratante do serviço.

O parecer do auditor, em condição normal, contém três parágrafos:

- 1º. Parágrafo: determina e referencia o propósito de trabalho do auditor e a responsabilidade por ele assumida.
- 2º. Parágrafo: determina a abrangência do trabalho de auditoria e a forma pelo qual o trabalho foi direcionado.
- 3º. Parágrafo: determina a opinião do auditor sobre o trabalho realizado.

Entretanto, pode ocorrer a inclusão de um ou mais parágrafos, em que o auditor realiza seus comentários ou referências a notas explicativas de possíveis divergências ou discordâncias em relação às demonstrações financeiras ou ao trabalho realizado. (Attie, 2006, p.67)

3.1 – Tipos de Parecer de Auditoria

3.1.1 – Parecer sem ressalva

O auditor emite um parecer sem ressalva quando os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitos, quando as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e expõe todas as informações necessárias e, quando os princípios contábeis são aplicados com uniformidade.

Crepaldi (2007, p.182) ressalta que, “O parecer sem ressalva implica afirmação de que, em tendo havido alterações em procedimentos contábeis, os efeitos delas foram

adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis. Nesses casos, não é requerida nenhuma referência no parecer”.

Em quaisquer circunstâncias que tenham efeito relevante nas demonstrações financeiras, seja por discordância ou por limitação na extensão do trabalho, o auditor não deve emitir parecer sem ressalva.

Este procedimento também é cabível quando ocorrer incerteza em relação a fatos relevantes e quando houver demonstrações financeiras que não foram auditadas.

3.1.2 – Parecer com ressalva

O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é tão relevante que seja necessário a emissão de um parecer adverso ou pum parecer com abstenção de opinião.

Neste caso deve haver alteração no parágrafo da opinião. Esta alteração deve deixar claros a natureza da ressalva e seu efeito sobre a situação patrimonial e financeira da empresa, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos.

A ressalva pode ser esclarecida a partir de referência no parágrafo de opinião, através de uma nota explicativa ou a outro parágrafo.

Dependendo da relevância da ressalva, o auditor pode negar a opinião ou emitir opinião adversa.

Via de regra, os motivos de ressalva estão relacionados à não obediência aos princípios fundamentais de contabilidade ou à inconsistência na aplicação dos mesmos e por claras limitações impostas ao auditor, não lhe sendo concedidas alternativas para o exame integral das demonstrações financeiras. (Attie, 2006, p.73)

3.1.3 – Parecer adverso

O auditor emite um parecer adverso quando possui informações suficientes para formar opinião de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Quando da emissão de parecer adverso, o auditor deve descrever, em um ou mais parágrafos intermediários, imediatamente anteriores ao parágrafo de opinião, os motivos e a natureza das divergências que suportam sua opinião adversa, bem como seus principais efeitos sobre a posição patrimonial e financeira e o resultado do exercício ou período. (Crepaldi, 2007, p.182)

3.1.4 – Parecer com abstenção de opinião

O parecer com abstenção de opinião corresponde a negativa de opinião do auditor. Esta negativa é dada quando o auditor possui elementos comprobatórios suficientes para formar sua opinião.

Normalmente ocorre em função de limite no escopo do exame ou incertezas com efeito relevante.

Attie (2006, p.75) destaca que,

Como regra geral, esta impossibilidade de expressão de opinião do auditor é resultante dos seguintes aspectos:

- limitação imposta ao objetivo do exame;
- existência de fato que afete consideravelmente a posição patrimonial e financeira ou resultado das operações;
- existência de incerteza substancial em relação ao montante de um item, impedindo ao auditor a formação de opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto; e
- preparação de demonstrações financeiras não auditadas.

4 – Análises dos dados

Uma análise visa examinar partes de um todo para entendimento ou identificação de suas características. No que se refere à área financeira, esta análise vem a partir da decomposição das contas das demonstrações e do confronto com os resultados obtidos considerando sua representatividade e um referencial determinado.

O objetivo de uma análise econômico-financeira é verificar através de índices capacidades específicas, de acordo com o que se pretende para efeito de tomada de decisões.

Os conceitos de liquidez, capital de giro, bem como a identificação da necessidade deste último, são instrumentos poderosos de gestão financeira e, passíveis de análise.

Contudo, o Método Dinâmico de Fleuriet aborda a análise da capacidade de sobrevivência e do crescimento no longo prazo das empresas a partir dos conceitos acima mencionados. Esta composição permite definir o nível de risco conjuntural e estrutural da empresa vinculado à sua liquidez pela interpretação de seis tipos de estruturas patrimoniais.

Considerando os resultados obtidos através da aplicação do Modelo Dinâmico de Fleuriet, a análise consiste em confrontá-los com os pareceres de auditoria publicados nos respectivos períodos para as empresas em estudo.

Por considerar que segundo Costa et. al (2008, p.108-109), a estrutura patrimonial do tipo 5 revela situação de liquidez muito ruim, e a estrutura patrimonial do tipo 6 revela péssima situação de liquidez, considera-se nesta pesquisa que os auditores independentes

devem expressar nos respectivos pareceres de auditoria, as dificuldades financeiras na qual a empresa se encontra, quando apresentarem estrutura patrimonial do tipo 5 e do tipo 6.

Segundo Attiê (1998, p.70) quando existirem eventos que possam afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade, dado o exame e o resultado de suas operações, deverá emitir um parágrafo de ênfase no parecer.

4.1 Análise da Bergamo Cia Industrial

Conforme dados do quadro abaixo, esta empresa não é passível de análise considerando que em nenhum exercício ocorreram estrutura patrimonial do tipo 5 ou do tipo 6.

| ANÁLISE DO TIPO DE ESTRUTURA | 31/12/2002 | 31/12/2001 | 31/12/2000 | 31/12/1999 | 31/12/1998 |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Necessidade de Capital de Giro | 6.810 | 3.947 | 2.853 | 1.770 | 1.629 |
| Disponibilidade de Capital de Giro | 2.390 | 620 | 1.653 | 1.350 | 1.066 |
| Saldo de Tesouraria | (4.420) | (3.327) | (1.200) | (420) | (563) |
| Tipo de Estrutura Patrimonial | Tipo 3 | Tipo 3 | Tipo 3 | Tipo 3 | Tipo 3 |

Quadro 1: Bergamo Cia Industrial

Em conformidade com a análise apresentada pelo Modelo Dinâmico de Fleuret, que não diagnosticou sérios problemas de liquidez, os pareceres de auditoria também não apresentaram nenhuma ênfase referente a dificuldades financeiras vivenciadas pela empresa.

4.2 Análise da Cia Nacional de Alcalis

Na Cia Nacional de Álcalis, todos os anos em estudo merecem comparação com os pareceres de auditoria para verificar se eles mencionaram a dificuldade financeira.

| ANÁLISE DO TIPO DE ESTRUTURA | 31/12/2001 | 31/12/2000 | 31/12/1999 | 31/12/1998 | 31/12/1997 |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Necessidade de Capital de Giro | (35.932) | (22.770) | (75.523) | (75.523) | (96.503) |
| Disponibilidade de Capital de Giro | (154.802) | (133.698) | (146.795) | (146.792) | (105.800) |
| Saldo de Tesouraria | (118.870) | (110.928) | (71.269) | (71.269) | (9.297) |
| Tipo de Estrutura Patrimonial | Tipo 5 | Tipo 5 | Tipo 5 | Tipo 5 | Tipo 5 |

Quadro 2: Cia Nacional de Alcalis

Segundo o parecer emitido referente ao exercício findo em 31/12/1997, a Cia Nacional de Álcalis apresentou problemas financeiros conforme o parágrafo 5: *...Estas perdas têm comprometido significativamente a posição financeira da Companhia que, em 31 de dezembro de 1997, apresenta uma deficiência de capital de giro.*

No exercício findo em 31/12/1998, o parecer emitido também constatou dificuldades financeiras pela empresa conforme o parágrafo 4: *... têm comprometido significativamente a posição financeira da Companhia que, em 31 de dezembro de 1998.*

Da mesma forma que no exercício anterior, o parecer emitido referente ao exercício de 31/12/1999, constatou problemas de financeiros conforme o parágrafo 6: *... estes prejuízos têm comprometido significativamente a posição financeira da Companhia que, em 31 de Dezembro de 1999.*

Em 31/12/2000, a emissão do parecer constou novamente a dificuldade financeira existente na companhia, conforme o parágrafo 5: *...Estes prejuízos têm comprometido significativamente a posição financeira da Companhia que, em 31 de Dezembro de 2000.*

A exemplo dos exercícios anteriores, no parecer emitido referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2001, também foi constatado a dificuldade de liquidez da empresa conforme o parágrafo 5 do parecer: *...estes prejuízos têm comprometido significativamente a posição financeira da Companhia que, em 31 de Dezembro de 2001.*

Desta forma, verifica-se que todos os pareceres de auditoria em estudo, apresentaram coerência com o diagnóstico encontrado a partir do Modelo Dinâmico de Fleuriet, na qual apresentou o tipo de estrutura patrimonial 5 em todos os exercícios, que significa situação de liquidez muito ruim.

4.3 Análise da Labo Eletrônica S.A.

Na Labo Eletrônica S.A., todos os anos em estudo merecem comparação com os pareceres de auditoria para verificar se eles mencionaram a dificuldade financeira, exceto o anos de 2000 que apresentou estrutura patrimonial do tipo 3.

| ANÁLISE DO TIPO DE ESTRUTURA | 31/12/2001 | 31/12/2000 | 31/12/1999 | 31/12/1998 | 31/12/1997 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Necessidade de Capital de Giro | 148.845 | 166.920 | (260.076) | (1.261.343) | (107.141) |
| Disponibilidade de Capital de Giro | (38.426) | 56.242 | (2.134.985) | (1.487.067) | (523.103) |
| Saldo de Tesouraria | (187.268) | 74.310 | 43.359 | (225.710) | (415.945) |
| Tipo de Estrutura Patrimonial | Tipo 6 | Tipo 3 | Tipo 5 | Tipo 5 | Tipo 5 |

Quadro 3: Labo Eletrônica S.A

Embora fosse esperado parágrafos de ênfase nos pareceres de auditoria dos exercícios, exceto o findo em 31/12/2000 que apresentou estrutura patrimonial do tipo 3, em nenhum momento os respectivos pareceres mencionaram dificuldades financeiras.

Portanto, verifica-se que os pareceres de auditoria em estudo referentes aos exercícios sociais que apresentaram estrutura patrimonial do tipo 5 e 6, não foram coerentes com o diagnóstico encontrado a partir do Modelo Dinâmico de Fleuriet.

4.4 Análise da Transbrasil S.A. Linhas Aéreas

Na Transbrasil S.A. Linhas Aéreas, todos os anos em estudo merecem comparação com os pareceres de auditoria para verificar se eles mencionaram a dificuldade financeira.

| ANÁLISE DO TIPO DE ESTRUTURA | 31/12/2000 | 31/12/1999 | 31/12/1998 | 31/12/1997 |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Necessidade de Capital de Giro | (200.419) | (62.909) | 481.436 | 130.036 |
| Disponibilidade de Capital de Giro | (462.102) | (351.287) | (693.085) | (326.651) |
| Saldo de Tesouraria | (261.683) | (288.378) | (394.870) | (200.038) |
| Tipo de Estrutura Patrimonial | Tipo 5 | Tipo 5 | Tipo 6 | Tipo 6 |

Quadro 4: Transbrasil S.A. Linhas Aéreas

Em todos os pareceres emitidos, foram relatados que havia dificuldades financeiras conforme abaixo:

No parecer findo em 31/12/1997: *...para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, a empresa apresentou passivo a descoberto. A administração vem adotando diversas medidas de reestruturação organizacional, mercadológica e financeira, visando ajustar a empresa ao contexto econômico atual e a recuperação de sua capacidade financeira.*

No parecer findo em 31/12/1998: *...A administração vem adotando diversas medidas de reestruturação organizacional, mercadológica e financeira, visando ajustar a empresa ao contexto econômico atual e a recuperação de sua capacidade financeira. Caso a empresa não continue a adotar essas medidas, a sua continuidade operacional poderá ser comprometida.*

No parecer findo em 31/12/1999: *...A administração da empresa continua adotando diversas medidas de reestruturação organizacional, mercadológica e financeira, visando ajustá-la ao contexto econômico atual e a recuperação de sua capacidade financeira e econômica. No entanto a operação da empresa poderá ser comprometida, motivado inclusive pelo aumento do seu custo operacional decorrente do efeito da desvalorização cambial negativa, integralmente reconhecidas no resultado do exercício, pois os referidos esforços têm sido em parte neutralizados.*

E no parecer findo em 31/12/2000: *...Embora a companhia tenha apresentado melhora significativa no seu resultado operacional, ainda apresenta resultado negativo e deficiência de capital de giro.*

Verifica-se desta forma, que todos os pareceres de auditoria em estudo, apresentaram coerência com o diagnóstico encontrado a partir do Modelo Dinâmico de Fleuriet, na qual apresentaram o tipo de estrutura patrimonial 5 ou 6 em todos os exercícios sociais, que significa respectivamente situação de liquidez muito ruim ou péssima.

4.5 Análise da Viação Aérea São Paulo S.A. – Vasp

Na Viação Aérea São Paulo S.A. – Vasp, apenas o ano de 2002 merece comparação com o parecer de auditoria para verificar se ele menciona a dificuldade financeira.

| ANÁLISE DO TIPO DE ESTRUTURA | 31/12/2003 | 31/12/2002 | 31/12/2001 | 31/12/2000 | 31/12/1999 | 31/12/1998 |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Necessidade de Capital de Giro | 129.616 | 13.446 | (111.541) | (239.018) | (366.496) | (493.974) |
| Disponibilidade de Capital de Giro | 6.779 | (65.983) | (76.674) | (111.201) | (145.727) | (180.254) |
| Saldo de Tesouraria | (122.836) | (79.424) | 34.875 | 127.831 | 220.786 | 313.742 |
| Tipo de Estrutura Patrimonial | Tipo 3 | Tipo 6 | Tipo 4 | Tipo 4 | Tipo 4 | Tipo 4 |

Quadro 5: Viação Aérea São Paulo S.A.

Embora fosse esperado parágrafo de ênfase no parecer de auditoria do exercício findo em 31/12/2002, que apresentou estrutura patrimonial do tipo 6, que significa péssima situação de liquidez, em nenhum momento o respectivo parecer mencionou problemas de continuidade das operações em decorrência de dificuldades financeiras.

Portanto, verifica-se que o parecer de auditoria em estudo referente aos exercícios social findo em 31/12/2002, que apresentou estrutura patrimonial do tipo 6, não foi coerente com o diagnóstico encontrado a partir do Modelo Dinâmico de Fleuriet.

5 – Conclusão

Considerando a finalidade e importância do parecer de auditoria para seus usuários, espera-se que nele constem informações dignas de fidelidade e credibilidade. O auditor expressa sua opinião de forma clara e objetiva, baseado em procedimentos de auditoria pré-estabelecidos a fim de dar mais segurança nas informações.

Porém, a partir de outros métodos de análise pode-se chegar a resultados que, nem sempre, irão ser coerentes com as conclusões descritas nos pareceres de auditoria.

Assim, esta pesquisa objetivou verificar se os pareceres de auditoria constatarem de forma tempestiva um sinal de alerta quando o Modelo Dinâmico de Fleuriet apresentou estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6 referente a continuidade da empresa.

Com os dados levantados das empresas pesquisadas e neles aplicados uma análise através do Método Dinâmico de Fleurit, verificou-se que das 5 empresas estudadas a Bergamo não apresentou estrutura patrimonial do tipo 5 ou 6, a Álcalis e a Transbrasil, apresentaram adequadamente os pareceres de auditoria em coerência com o Modelo Dinâmico de Fleuriet, enquanto que os pareceres das empresas Labo Eletrônica e Vasp, não apresentaram com coerência os respectivos pareceres com o Modelo Dinâmico de Fleuriet.

Cabe ressaltar que a relevância destas divergências pode depender do objetivo da análise e do método utilizado.

Porém, não se pode negar a representatividade dos resultados encontrados em relação às evidências demonstradas no decorrer dos exercícios de cada empresa.

De acordo com a conclusão desta pesquisa, recomendam-se novas análises com outros métodos para confirmar os resultados encontrados e sua coerência com os pareceres publicados.

6 – Referências

- ATTIE, Willian. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BOYNTON, Willian C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRAGA, Roberto. **Análise avançada do capital de giro**. Caderno de estudos. São Paulo, FIECAFI, n. 3, set. 1991.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://cvm.org.br>> Acesso em: 02 de julho de 2008.
- COSTA, Luiz G. T. Aboim, In: LIMEIRA, Andréia f. Fernandes; GONÇALVES, Hiram de Melo; CARVALHO, Ueliton Tarcisio de; COSTA, Luiz G. T. Aboim (ORG). **Análise econômico-financeira de empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. **O Modelo Fleuriet: A dinâmica financeira das empresas brasileiras**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.